

A EDITORIAL

Com a data de 1955-03-23, o prof. Ferreira Dias, Administrador da Companhia Nacional de Electricidade, e o eng. Paulo de Barros, pela União Eléctrica Portuguesa, assinaram a seguinte carta, dirigida ao Director dos Serviços de Censura:

«A Companhia Nacional de Electricidade, S.A.R.L., com sede em Lisboa, no Campo Pequeno, 21, 1º, e a União Eléctrica Portuguesa, S.A.R.L., com sede no Porto, na Rua Duque de Loulé 240 e Delegação em Lisboa na Rua Rosa Araújo, 35, vêm, ao abrigo do Decreto 33015, de 30 de Agosto de 1943, solicitar a devida autorização para constituírem, entre si e com outras Empresas similares e fabricantes de material eléctrico, uma sociedade editorial por cotas sob a denominação de "Empresa Editorial Electrotécnica, Lda", de acordo com os projectos de estatutos e de divisão de capital que juntam a este requerimento.»

A resposta da Presidência do Conselho, através da Direcção dos Serviços de Censura, foi dada pelo Director Adjunto, em 1955-06-07, ao eng. Ferreira Dias, como se transcreve:

«Em referência ao requerimento solicitando autorização para a constituição da sociedade editorial denominada "Empresa Editorial Electrotécnica Lda", encarrega-me o Ex^{mo} Director de informar V. Ex^a de que não é autorizada a constituição da referida editorial e, consequentemente, a publicação do jornal nos moldes preconizados, por a ela se oporem os princípios da nossa organização corporativa. Considera-se, porém, viável a pretensão, no quadro corporativo, desde que as empresas se associem em grémio, confiando ao organismo corporativo assim constituído a iniciativa da publicação do jornal. E nestes termos, é ao Ministério das Corporações que compete decidir, em última análise, sobre a matéria.

Acresce ainda a circunstância de não ter sido feita, perante estes Serviços, prova suficiente de que as empresas interessadas o podiam fazer legitimamente, à face dos respectivos estatutos.»

Eis um documento fértil em informação sobre o espírito do tempo. Nele encontram-se pensamentos fundamentais da filosofia política do Estado Novo, como os princípios corporativo e da censura, além da identificação de conceitos específicos da cultura da época, desde a publicação como jornal (ignorando o formato de revista), ao grémio como estrutura básica da sociedade (hoje dito associação), até à limitação das actividades empresariais ao objecto estatutário principal (disciplinador mas redutor, obviamente não cumprido na evolução de cada "pessoa" colectiva).

Datado em Lisboa, a 1956-02-04, o eng. Paulo de Barros fez o mesmo requerimento, com texto rigorosamente igual, também ao Director dos Serviços de Censura. E a resposta, pelo Director Adjunto dessa Direcção de Serviços, com a data desse dia 1956-02-04 (!), ao Gerente da Sociedade União Eléctrica Portuguesa, foi a seguinte:

«Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que, por despacho de hoje do Ex^{mo} Senhor Director destes Serviços, foi autorizada, nos termos do Decreto nº 35015 de 30 de Agosto de 1943, a constituição de uma Sociedade Editorial, a constituir com outras Empresas similares e fabricantes de material eléctrico, denominada "Empresa Editorial Electrotécnica, Lda", podendo ser feita num notário a respectiva escritura.

Informo V. Ex^a de que deverá ser enviada a estes Serviços, uma cópia da escritura da citada Sociedade, para poder exercer a sua actividade editorial».

Percebe-se, claramente, ter havido uma intervenção pessoal do eng. Ferreira Dias no interior da máquina estatal, após a recusa censórica ao primeiro requerimento, por si assinado. Note-se que o segundo, embora redigido nos mesmos termos, foi subscrito em nome da União Eléctrica Portuguesa e não da Companhia Nacional de Electricidade. O diálogo nos bastidores evidencia-se ainda pela coincidência das datas do segundo

requerimento e a respectiva resposta. Sinal do "funcionamento" da máquina instalada.

Aberto o caminho, havia que seguir em frente. Mas surgiram outros obstáculos, que levaram o Chefe da Repartição do Comércio a receber, em 1956-02-13, um pedido onde Vasco Manuel Sousa da Gama «requere a V. Ex^a certidão comprovativa de poder ser adoptada a designação: "Empresa Editorial Electrotécnica, Limitada". A sede vai ser, provisoriamente, na Avenida da Liberdade 242, em Lisboa». Tratava-se, naturalmente, de uma imposição legal necessária, que levou, cerca de quatro meses mais tarde, em 1956-06-04 o mesmo Director Adjunto da Direcção dos Serviços de Censura a afirmar a autorização já por si concedida, como se quizesse mostrar que seria o último a decidir:

«Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que, por despacho de 2 do corrente, do Ex^{mo} Director destes Serviços, foi autorizada a União Eléctrica Portuguesa a exercer a actividade editorial, sob a denominação de "Empresa Editorial Electrotécnica, Lda", nas condições requeridas».

Isto aconteceu depois de ter sido lavrada, em 1956-05-17, a escritura de constituição da Empresa Editorial Electrotécnica Edel, Lda. Não sei se para vincar a personalidade do eng. Ferreira Dias ou por outra razão menos subreptícia, a palavra Edel, que haveria de se tornar a expressão simples da instituição editorial da revista *Electricidade*, aparece no final da designação sem ter sido autorizada. De facto, não existe qualquer registo da alteração denominativa. Tudo indica que se quiz introduzir uma nota de protesto à burocracia, aceite pelo notário que oficializou o nascimento da infraestrutura de geração desta revista.

São minhas as interpretações, eventualmente sujeitas a correcção. Contudo, não há dúvidas que o "parto" foi difícil, preconizando uma paciente resistência ao "óbito".

A DIRECÇÃO

Estatutariamente, o Director da revista, nomeado pela Assembleia Geral da Edel Lda, assumiu sempre funções executivas quanto à condução das diversas componentes da respectiva produção, incluindo a gestão efectiva da própria empresa. Este modelo isentava os três gerentes, exigidos nos estatutos e eleitos pela assembleia de sócios, das preocupações do dia-a-dia. Apenas se forçava a mais uma assinatura de concordância sobre as responsabilidades legais, para além da co-responsabilização do Director da revista publicada.

Sem perda de tempo, um artigo da escritura inicial estipulou que «*ficam desde já nomeados para o 1º triénio (1956-1958) os sócios Companhia Nacional de Electricidade, União Eléctrica Portuguesa e Fábrica Nacional de Condutores Eléctricos Lda*». Actualmente, por força da lei (alterada no código das sociedades comerciais) essas representações são personificadas, mas indicadas pelas empresas sócias (Electricidade de Portugal, Metropolitano de Lisboa e Efacec) eleitas em Assembleia Geral.

Por carta de 1956-08-23, as assinaturas do eng. Paulo de Barros e eng. Ferreira Dias informaram o Director dos Serviços de Censura da seguinte resolução: «*Para os cargos de director e director-adjunto foram nomeados, respectivamente, os Senhores Eng.: José Guedes Pinto Machado e Joaquim José Salgado*». Nesta correspondência, a sigla JS (de Joaquim Salgado) indica quem a redigiu. Na realidade, o grande obreiro de tudo o que se passou, ao longo de 23 anos, quanto à produção da *Electricidade* foi este engenheiro mecânico (IST, 1916), vindo da sua actividade portuária e minas na Beira, em Moçambique.

Em 1971 (nº 70, Março-Abril) a Redacção foi robustecida com mais um Director-Adjunto, João Maria Ferreira do Amaral, engenheiro electrotécnico aposentado do cargo de Director-Geral dos Serviços

Industriais do Ministério da Economia, enquanto Pinto Machado, engenheiro civil (IST, 1932) da Junta Autónoma de Estradas na situação de licença ilimitada, era administrador da Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela e Presidente da Câmara de Cascais (em 1972). Compreende-se assim, que tenha cessado a máxima representação da revista depois de 1974. No nº 115 (Maio 1975) aparecem os Directores Joaquim Salgado e Ferreira do Amaral com essa responsabilidade.

No ano de 1978, a saúde do eng. Salgado, dada a sua idade já avançada (próxima dos 80 anos), começou a dificultar muito a produção da revista. Porque tinha regressado da Alemanha, donde havia enviado vários artigos de actualização científica e tecnológica no âmbito da tecnologia de alta tensão (relacionada com a dissertação de doutoramento que andara a forjar, sobre materiais isolantes), fui insistentemente convidado para que o substituisse nessas tarefas editoriais. (Como hoje o compreendo, quando sou confrontado com idêntica situação.) As minhas funções universitárias, ainda carregadas da retórica do PREC (processo revolucionário em curso) pós-25 de Abril, deram-me ânimo a produzir algo concretamente útil (este instinto de engenheiro não me larga!) à cultura dos engenheiros electrotécnicos em Portugal (este instinto de professor não me deixa!) em língua portuguesa (este instinto de cidadão no mundo, sem paradoxo, está dentro de mim!). E aceitei a incumbência, com crescente júbilo. Quem me dera prosseguir até jubilar, mas com "escola" feita.

Desta maneira, no nº 143 (Março-Junho 1979), quando já havia editado várias edições, oficializou-se a mudança da direcção: Joaquim Salgado passou a Consultor Honorário (relacionamento que manteve até ao falecimento, no fim de 1979), Ferreira do Amaral ascendeu a Director e eu apareci como Director-Adjunto, dentro da linha tradicional. Então

comecei a escrever alguns editoriais, o que talvez tenha levado o eng. Ferreira do Amaral a inscrever-me igualmente como Director da revista (desde o nº 180, Outubro 1982). Todavia a lei de imprensa não permitiu que a publicação tivesse a responsabilidade legal partilhada e fiquei intitulado Director Técnico (desde o nº 192, Outubro 1983), em parceria com o autêntico Director.

Assim coabitámos até que a avançada idade recolheu o eng. Ferreira do Amaral à sua casa em Cascais. Permaneci como Director único (nº 210, Abril 1985). Iniciou-se aí o processo de contenção interna, prosseguido com todo o pessoal da Redacção: as saídas deixaram de ser substituídas, procedendo-se a uma acumulação de tarefas, dentro do espírito do aumento da produtividade pelo "insourcing". Não sei se os americanos inventaram este termo, em confronto com o seu "outsourcing", julgo que concebido muitos anos depois da revista *Electricidade* já o praticar: desde a fundação, sempre as autorias foram solicitadas ao exterior e a maquetização gráfica composição e impressão obtidas por subcontratação. Juntei as funções de Director às tarefas de Editor, no sentido moderno do seu significado, de quem edita ou executa a edição. Até hoje.

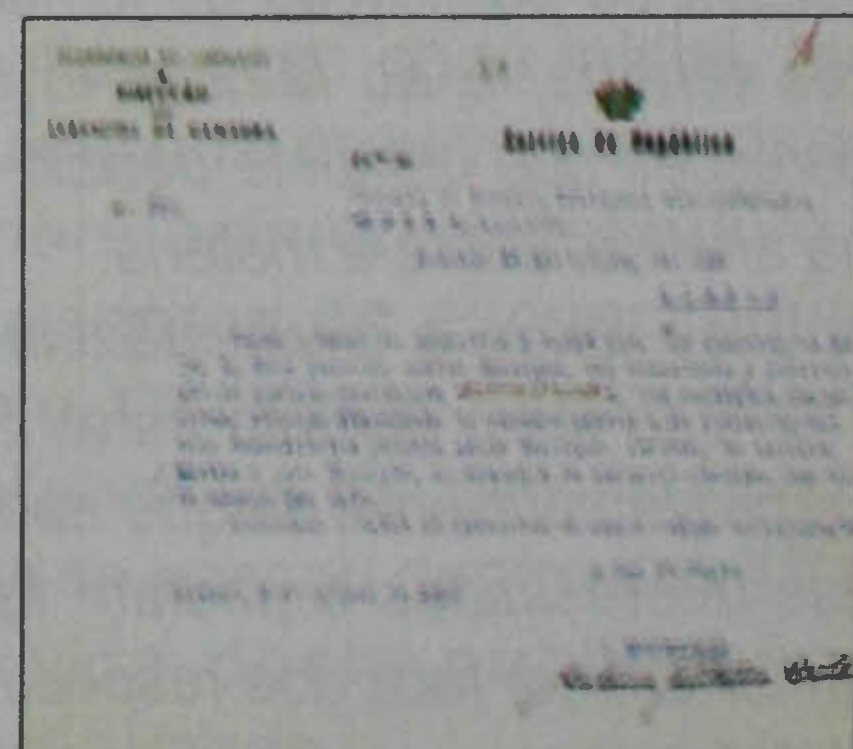
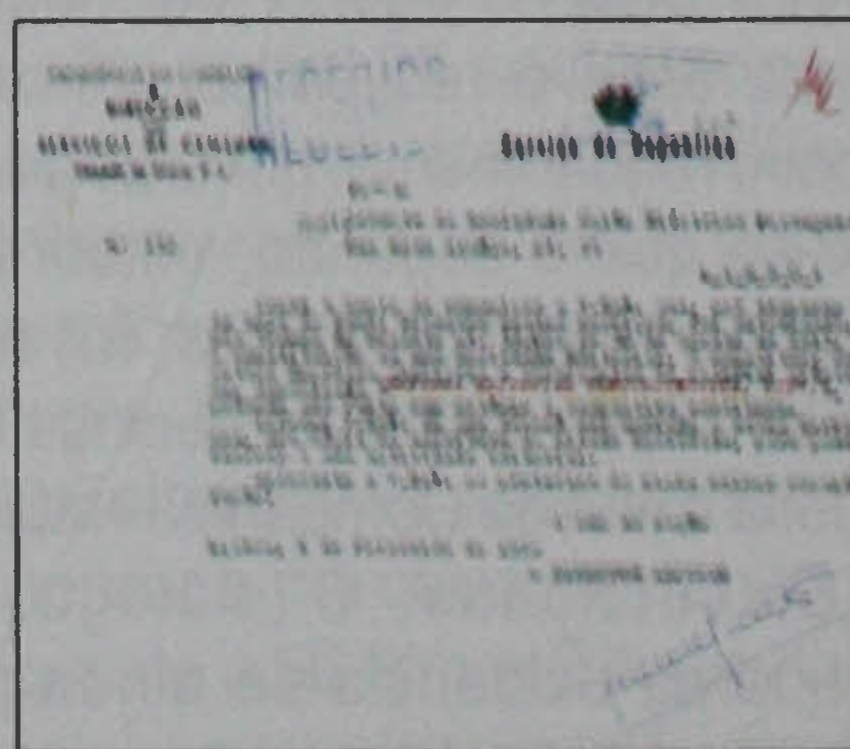
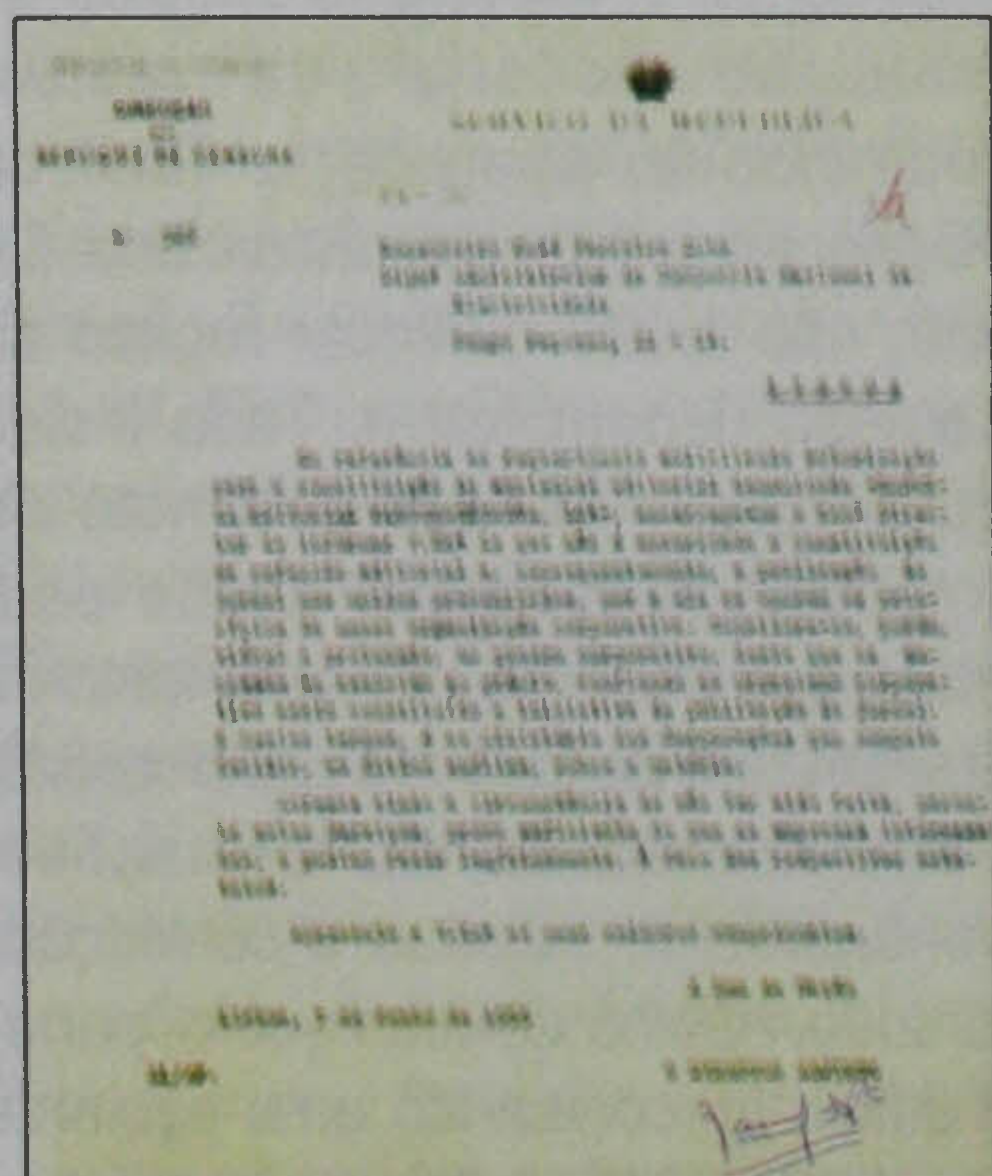
Na globalidade, passaram 17 anos a dirigir (Abril 1985 a Abril 2002) e 20 anos a editar a revista *Electricidade*. Foi uma experiência bastante rica, que penso testemunhar num livro intitulado «Jornalista Discreto». Oxalá. Conheci humanos de grande envergadura, gestores de superior reconhecimento e autores de elevado valor, a par, inevitavelmente, de mediocridades pacientemente solidarizadas. Mas vivi momentos muitos altos, sobretudo na visão despretençiosa da "vida aberta" assumida por esta revista no seu "estatuto editorial", que se recomenda manter. Mesmo que agora venha um "técnico" dizer de sua lavra "superior", como é habitual.

...E Tudo Assim começou

À esquerda: ofício nº 926 de 1955 a negar autorização de constituição da empresa editorial.

No centro: ofício nº 152 de 1956 a autorizar a constituição da empresa editorial.

À direita: ofício nº 870 de 1956 a autorizar a publicação da revista *Electricidade*.



O TÍTULO

O título *Electricidade* para esta "revista técnica" (como foi subtitulada na capa) esteve sempre na mente dos promotores iniciais, conforme consta num requerimento, datado a 1956-07-18 e assinado por eng. Paulo de Barros e eng. Ferreira Dias (nesta ordem), dirigido ao Director dos Serviços de Censura:

«A Empresa Editorial Electrotécnica "Edel" Lda, com sede provisória na Avenida da Liberdade, nº 242, em Lisboa, e cuja constituição foi autorizada pelo ofício de V. Ex.^a de 4 de Junho do corrente ano, requer a V. Ex.^a se digne autorizá-la a publicar, de acordo com o parágrafo segundo dos seus Estatutos, uma revista técnica de energia eléctrica e suas aplicações com o título de "ELECTRICIDADE".»



Revista nº 1 (1957)

A resposta da Direcção dos Serviços de Censura ocorreu em 1956-08-02, pelo seu Secretário:

«Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que, por despacho de hoje, do Ex.^{mo} Director destes Serviços, foi autorizada a publicação da revista intitulada "ELECTRICIDADE", nas condições requeridas, ficando dispensada de censura prévia e de quaisquer outras formalidades perante estes Serviços, devendo, no entanto, enviar a esta Direcção, um exemplar da referida revista, por cada número que sair.»

A supreendente dispensa de "censura prévia" confirmava a confiança creditada nos promotores da iniciativa editorial, reforçada pela natureza de "revista técnica". O interesse na sua leitura, seria por razões de cultura técnica? Certo é que o eng. Salgado satisfez, em 1957-04-16, esse desejo do Director dos Serviços de Censura (não repetindo a "aculturação"):

«Com a presente enviamos a V. Ex.^a um exemplar do 1º número da nossa revista que acaba de sair.

Pedindo a V. Ex.^a nos desculpe a falta involuntariamente cometida de só agora

enviarmos a V. Ex.^a o número espécime que distribuimos gratuitamente em Janeiro p.p.

Anexos: 1 ex. do nº de Apresentação e 1 ex. do nº 1 da "Electricidade".»

O número zero foi a primeira produção da equipa redactorial. Nesta apresentação, datada de Novembro de 1956, os seus promotores explicaram a génese da sua concepção e tornaram pública a escritura de constituição da empresa editorial. A publicação decorreu normalmente nos anos seguintes: 4 números por ano até ao fim de 1964, 6 números anuais até final de 1971 e 12 números em cada ano até 1975. O crescimento da revista era notório, também quanto a publicidade inserida das empresas industriais, justificando mais um Director Adjunto, em 1971, com a entrada do eng. Ferreira do Amaral. Mas a situação complicou-se em 1974, com a generalidade das actividades produtivas do país. O Director, nomeado desde o início da revista, não resistiu ao impacto revolucionário. No ano seguinte, o eng. Salgado esforçou-se por manter a saída da publicação, constituindo nova equipa directiva com o eng. Ferreira do Amaral, incongruente formada por dois directores (tudo possível naqueles anos). Voltou-se à periodicidade bimestral e assim se manteve ao longo de quatro anos, sempre com o subtítulo de "revista técnica portuguesa" (desde o nº 9, Janeiro-Março 1959).

Nesse período conversei várias vezes com o eng. Salgado sobre os destinos do projecto editorial. Lembro-me de lhe ter dito que a *Electricidade* teria vantagens em alargar o seu âmbito com um subtítulo mais cativante, como "energia e electrónica", pois os tempos da electrificação básica já lá iam. Não sei se percebeu de modo diferente essa sugestão ou se isso lhe induziu ideia mais radical; a verdade é que o título foi alterado para *Electricidade Energia Electrónica*, a partir do nº 135 (Janeiro-Fevereiro 1978), sem qualquer subtítulo. Entretanto, insistiu para que lhe sucedesse na execução da revista. Após 23 anos nesta dedicação exclusiva, cedeu-me o lugar na esperança de dar

continuidade ao seu trabalho, afinal o prolongamento da sua vida. A mudança, em 1979, permitiu que vivesse momentos raros de convívio com o eng. Ferreira do Amaral, quando se dispunha a contar estórias vividas na electrificação nacional. Como lamento não ter memórias desses preciosos relatos, por quem participou por dentro de tão grande saga e sem protagonismo desvirtuador das heroicidades.

Ao assumir o cargo de Director, em 1985, pretendi mostrar o significado simbólico do título *Electricidade* e repô-lo na sua pureza por cima de um subtítulo expressivo da modernidade. Foi então que constatei a alteração do registo do título atrás referido. Apressei-me a



Revista nº 393 (2002)

registar o título inicial, que viria a ser subtitulado ao sabor das circunstâncias (que agora evito contar): "revista portuguesa de ciência e tecnologia" (nºs 219 a 273, de 1986 a 1990), "revista portuguesa de engenharia electrotécnica, electrónica e computadores" (nºs 274 a 317, de 1991 a 1994), "revista portuguesa de engenharia electrotécnica" (nºs 318 a 383, de 1995 a 2000), "revista portuguesa de cultura electrotécnica no século XXI" (nºs 384 a 391, em 2001) e "revista portuguesa de engenharia electrotécnica e de computadores" (nºs 392 e 393, em 2002). Note-se o traço comum de "revista portuguesa" nestas orientações, mas sempre debaixo de uma finalidade aberta e direcção rigorosamente independente. Um testemunho de liberdade cultural que me apraz acentuar, e agradecer, particularmente ao Grupo EDP, promotor essencial deste projecto editorial para expressar "com continuidade as doutrinas, os estudos e as obras que dão alma e corpo à nossa lida" no âmbito electrotécnico em Portugal.

Um projecto que me dizem querer continuar com nova formatação. Até já.